
*Entrevista com Sabina Loriga: a história biográfica**

Benito Bisso Schmidt**

A Professora Sabina Loriga tem ministrado, há alguns anos, o Seminário “*L’expérience individuelle: la subjectivité et l’acteur dans les processus historiques*” (A experiência individual: a subjetividade e o ator nos processos históricos) na *École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS)* de Paris, no qual trata do valor heurístico da dimensão biográfica nas ciências sociais. Sua tese de doutorado *Soldats – un laboratoire disciplinaire: l’armée piémontaise au XVIII^e siècle* (Soldados – um laboratório disciplinar: o exército piemontês no século XVIII) foi publicada em francês (1991) e italiano (1992). No Brasil, alguns de seus textos já foram traduzidos como “A experiência militar” (1996) e “A biografia como problema” (1998).

– Gostaríamos, inicialmente, de propor um exercício de “ego-história”. A Senhora poderia nos contar um pouco a respeito da sua trajetória pessoal, da origem de seu interesse pela História e das principais etapas de sua formação acadêmica?

Meu interesse pelo passado e pela História desenvolveu-se muito cedo. Creio que está particularmente ligado à minha experiência familiar: meus

* Essa entrevista foi realizada por *e-mail*, em junho de 2002, pouco antes da vinda da Professora Sabina Loriga ao Rio Grande do Sul para participar do VI Encontro Estadual de História, ocorrido de 16 a 19 de julho do mesmo ano, em Passo Fundo, promovido pela Associação Nacional de História/Núcleo Rio Grande do Sul e pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo. Na ocasião, a Professora Sabina apresentou a conferência “Être historien aujourd’hui” (Ser historiador hoje) que será, em breve, publicada na Revista de Filosofia e Ciências Humanas da UPF. A tradução é de minha responsabilidade. Agradeço a Flávio Heinz (Unisinos) pelas preciosas correções e sugestões.

** Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS.

pais são ambos psicanalistas e, talvez por essa razão, na sua forma de pensar, de abordar os problemas, de fazer projetos, eu tenha sempre percebido uma atenção especial ao passado, tanto pessoal como coletivo. Minha mãe, em particular, sempre contou-me muitas histórias e suas narrativas estavam sempre impregnadas do passado. Talvez sua atitude fosse também aguçada por um certo desenraizamento geográfico (nós moramos em Roma, Zurique, Ivrea, Milão), talvez suas narrativas fossem uma forma de tornar inteligíveis as rupturas e as continuidades de nossa história familiar. Sem dúvida alguma, no meu interesse pela história, há também motivações mais profundas, mas não tenho condições de explicitá-las. Sei apenas que, no final do Liceu, me vi em dúvida entre o estudo da história e o da medicina, mas tratava-se de uma hesitação um tanto teórica. De fato, eu já tinha tomado a minha decisão. Então deixei Milão (onde morara durante todo o período escolar) para me inscrever na Universidade de Turin, que na época contava com uma concentração verdadeiramente notável de historiadores, como Franco Venturi, Giovanni Tabacco, Giovanni Levi; historiadores da arte como Giovanni Romano; historiadores da política como Norberto Bobbio e economistas como Claudio Napoleoni. No meu percurso de estudos, sem dúvida, negligenciei a história contemporânea (uma escolha que hoje lamento mas, naqueles anos, tive necessidade de distanciar-me do presente), para privilegiar a história da Idade Média, a história moderna e também a história das religiões. De toda maneira, o encontro-chave foi com Giovanni Levi. É difícil para mim restituir a riqueza intelectual e humana de seus ensinamentos. Limito-me a dizer que ele tinha acabado de se lançar no projeto da micro-história (com Carlo Ginzburg e Edoardo Grendi) e reagrupado em torno de si um grupo de jovens pesquisadores muito abertos às outras ciências sociais (como Sandra Cavallo, Angelo Torre, Simona Cerutti, Maurizio Gribaudi, Sandro Lombardini, Maurizio Gentile e Luciano Allegra). Ele me propôs consagrar a minha *tese di laurea* a um conjunto de processos de feitiçaria instaurado pelo tribunal secular piemontês durante os trinta primeiros anos do século XVIII que, na maior parte dos casos, tinha por objeto a fabricação de uma estátua maléfica em intenção a um membro da família real.

No início, interessei-me sobretudo pelo problema do declínio da feitiçaria. Suas causas não foram instruídas pelos juízes inferiores, ligados a situações periféricas e locais, mas pela instância suprema da magistratura piemontesa. Não se tratava de desdobramentos tardios ou de prolongamentos fortuitos de perseguições mais antigas, tampouco de eventos esporádicos ou marginais em relação à realidade social e cultural do Piemonte de Victor Amédée. Tratava-se, antes, de uma verdadeira onda de perseguição, que me levou a colocar em discussão uma interpretação difusa, baseada nas

dicotomias centro-periferia e concepção esclarecida-superstição (que encontra na análise de Robert Mandrou sua expressão mais acabada), segundo a qual o fim da perseguição legal da feitiçaria deve ser atribuída ao ceticismo crescente dos grupos dirigentes. Em seguida, descobri que as acusações de malefício eram, na maioria dos casos, formuladas por indivíduos que estiveram encerrados em instituições de assistência e em casas de correção ou que, ao menos, haviam tido experiências de internamento. Tentando reconstituir o pano de fundo social de onde partiam as denúncias, encontrei assim o mundo institucional, em particular aquele dos asilos (hospícios, casas de correção, prisões, etc.), mas também aquele mais vasto da assistência e da caridade – um mundo que compreende as instâncias destinadas oficialmente a tal fim, como as confrarias, e, ao mesmo tempo, as redes de favoritismo, a corte, o soberano, etc. A análise desse segundo problema (alimentado em particular pela leitura de certos antropólogos anglo-saxões, como Edward Evans-Pritchard e Mary Douglas) permitiu-me compreender que nos meios institucionais a acusação constituía, via de regra, um canal de negociação: com efeito, como se destaca das motivações que embasam certas acusações (a esperança de obter um posto de trabalho, uma ajuda econômica, o desejo de ter acesso a um instituto de assistência, etc.), a acusação de malefício era utilizada como um instrumento de exigências individuais e se enraizava numa situação caracterizada por uma forte demanda de proteção ou antes de reconhecimento social insatisfeito.

Uma vez terminados meus estudos universitários em Turim, tive a oportunidade de obter uma bolsa de estudos para preparar uma tese de doutorado na EHESS de Paris. Foi lá que tive um segundo encontro intelectual importante, dessa vez com Jacques Revel. Na minha tese de doutorado, em seguida reelaborada para o livro *Soldados* (1991), estudei o exército. Essa escolha pode parecer surpreendente e sobretudo uma ruptura completa com a minha experiência de pesquisa precedente. Não foi o caso. Como acabei de dizer, comecei a me interessar pelo mundo institucional durante a minha pesquisa sobre a feitiçaria. Em um primeiro momento, influenciada também pelos trabalhos de Erving Goffman e Michel Foucault, pensei em estudar a prisão ou uma outra instituição *dura*, nitidamente coercitiva. Em seguida, decidi analisar uma instituição *normal*, povoada de indivíduos portadores de experiências sociais e culturais muito diferentes (nobres, burgueses, indigentes, estrangeiros, católicos, protestantes, etc.), que foi seguidamente considerada como o modelo a partir do qual se constituíram outras instituições como a fábrica e a prisão.

Nessa pesquisa procurei, em primeiro lugar, compreender os elementos positivos de apego, as razões para aqueles indivíduos terem *necessidade do*

exército: esse desempenhava globalmente um papel essencial de assistência de massa e fornecia um meio importante de legitimação social, mas pode ver que os conteúdos específicos dessas necessidades variava, que *as razões da dependência institucional divergiam de um grupo social a outro* (nesse ponto, desenvolvi a idéia da *fórmula de necessidades* forjada por Nobert Elias). Assim, a função militar era um signo de distinção social para os setores melhor estabelecidos da nobreza, pois o exército tornou-se o único canal certo de comunicação com a corte, destronando as instituições até então utilizadas nas estratégias dessas famílias (como a Igreja, as magistraturas ou a diplomacia). Por outro lado, os soldados estavam ligados à instituição sobretudo pela fragilidade de sua identidade civil: eles seguidamente se alistavam depois de uma disputa que teria deteriorado suas relações com a família ou com a comunidade de origem, ou devido a problemas com a justiça. Sua decisão era determinada sobretudo por uma ruptura com o mundo civil. Nessa perspectiva, percebi que a disciplina tinha uma influência superior porque os mecanismos coercitivos atuavam também como elementos de distinção social. O *militarismo* de muitos dos nobres de província e plebeus decorria em parte do fato da dignidade militar estar, de agora em diante, em posição de eclipsar outros critérios de distinção social (como a antiguidade ou a riqueza da família).

Os soldados encontravam-se em uma situação bem diferente. Embora a instituição lhes garantisse um nível mínimo de integração, eles eram seguidamente percebidos como miseráveis, sujeitos a um contrato que não podiam recindir. Sua *fórmula da necessidade* era muito vacilante para suscitar fortes investimentos ideológicos. Assim, por essa razão, o espaço militar na época moderna era bem menos ordenado do que poderiam supor os sonhos de disciplina. Com efeito, as casernas eram pouco numerosas, e seguidamente os soldados se alojavam nos conventos ou nos acampamentos (*garnis*) desprovidos de todo cercamento institucional. Mesmo as casernas, inseridas nas zonas mais densas do tecido urbano, apareciam como espaços incongruentes nos quais a uniformidade sexual e profissional da instituição era negada ininterruptamente. Os civis podiam entrar sem nenhuma formalidade; registrou-se um grande número de crianças, de mulheres, de pobres, e o vai-e-vem com o exterior era constante (os soldados invadiam continuamente as habitações privadas, os cafés, as vigílias (*les veillés*), as igrejas, os mercados, as oficinas). Essa promiscuidade física era igualmente a ocasião das trocas culturais. A guarnição era um espaço liberado, onde circulavam os livros proibidos e as idéias novas. Idéias que não ficavam no seio dos recintos institucionais, mas que se propagavam nos cafés ou nos pátios das vigílias. A memória histórica guardou uma imagem amoral dos

soldados. Eles podiam ser, sem dúvida, violentos, blasfemos, adúlteros ou homossexuais. Mas a acusação de relaxamento de costumes escondia seguidamente algo mais importante: os soldados tinham um papel ativo na paisagem cultural civil e articulavam relações sociais heterogêneas. Não é por acaso que as relações entre a tropa e os civis foram seguidamente evocadas em termos de contágio: para além dos riscos de doença, os militares estavam na origem da difusão de certos costumes sexuais, de práticas mágicas, de discursos heterodoxos ou mesmo revolucionários. Nessa situação, muito diversificada e complexa, não havia uma *estrutura de autoridade* única e impessoal. Tenho antes a impressão de que os indivíduos e os grupos sociais estavam em condições de formular exigências específicas, de explorar os interstícios e as contradições da instituição, e chegavam seguidamente a orientar as relações institucionais.

Uma vez concluído meu doutorado, em 1991, retornei à Itália, onde, nesse meio tempo, havia encontrado meu marido, Andrea Jacchia. No que tange ao trabalho, foram anos marcados pela incerteza. Trabalhei aqui e ali, com bolsas de estudos ou com contratos de pesquisa (no Instituto Universitário Europeu de Fiesole, nas universidades de Sassari, Turim e Trento). Em seguida, em 1995, comecei a trabalhar na Alta Escola Especializada da Suíça italiana. Essa experiência foi muito importante, sobretudo no plano pedagógico: o fato de ensinar a estudantes-trabalhadores, muito ligados ao presente, obrigou-me a um questionamento sobre o sentido coletivo, na verdade político (no sentido etimológico do termo) da história. Tratava-se, entretanto, de uma situação com certa limitação para a pesquisa. Dois anos mais tarde, retornei a Paris, onde comecei a lecionar na EHESS.

– A Senhora poderia comentar sobre o seu texto a respeito da experiência militar publicado na coletânea *História dos jovens*?

A experiência militar, texto que escrevi para o livro coletivo dirigido por Giovanni Levi e Jean-Claude Schmitt, é o resultado de uma experiência de pesquisa mais circunscrita, na qual retornei a um aspecto particular do exército, seguindo-o na longa duração e a partir de uma ótica comparativa. Com base nas fontes secundárias disponíveis para o período dos séculos XII-XIX, dediquei-me a estudar o nascimento e o desenvolvimento progressivo da imagem do serviço militar enquanto rito de passagem à idade adulta. Nessa perspectiva, pude mostrar que a associação entre guerra e *virilidade* juvenil não existiu sempre, mas apareceu e amadureceu lentamente ao longo dos séculos XVIII e XIX, para propagar-se e consolidar-se unicamente no curso das primeiras décadas do século XX. Pareceu-me que a progressiva

influência do valor iniciático do chamamento às armas¹ explica-se por uma transformação substancial do espaço militar comum aos principais países europeus. No curso das últimas décadas do século XVIII e das primeiras do XIX, a guarnição deixa de ser um lugar de promiscuidade para tornar-se pouco a pouco um espaço mais homogêneo no que concerne ao sexo e também à faixa de idade dos soldados. Seguindo o distanciamento gradual das mulheres, das pessoas idosas e das crianças do universo da guerra, o chamamento às armas tornou-se um fato que marca especificamente a vida dos homens entre os 20 e os 25 anos. Com a lei do recrutamento universal obrigatório (adotada na França por iniciativa do general Jourdan e seguida depois pela maior parte dos países europeus), a função do soldado encontra-se inscrita de forma durável no ciclo de vida. Na origem desse processo de decantação² do espaço militar e de valorização iniciática do serviço militar, nós encontramos as exigências específicas do exército. Contudo, mais uma vez, pude perceber que tais mudanças desenvolvem-se em conjunção com outros processos sociais e culturais ocorridos fora do exército. Por exemplo, o papel da escola está longe de ser negligenciável. É sobretudo no quadro escolar, entre os meios mais instruídos, que se começa a atribuir ao chamamento às armas uma significação existencial e ritual. Em certos casos, chega-se mesmo a considerar o campo de batalha como uma *prova* sexual que sanciona a passagem à idade viril: entre a família de origem e aquela que se constitui pelo casamento, entre a dependência econômica e a escolha da profissão, insere-se a passagem pelo uniforme.

– Há alguns anos, a Senhora coordena, na EHESS, um seminário sobre as relações entre biografia e história. Pode nos falar um pouco sobre essa experiência?

Meu interesse pela biografia ou, mais exatamente, pela história biográfica, está estreitamente ligado às minhas pesquisas. Como disse antes, no curso da pesquisa sobre o exército, meu esforço essencial foi reconstituir a realidade institucional a partir de diferentes versões individuais. Meu objetivo tinha sido realizar, de alguma maneira, um *Rashomon*³ ou, para ficar no âmbito literário, abordar o exército como o ônibus lotado dos *Exercices de style* (Exercícios de estilo) de Raymond Queneau, no qual as variações estilísticas são os fenômenos de sentido que criam as esperas e as previsões, as lembranças e os retornos. A partir dessa experiência de pesquisa, e também de certas insatisfações devidas à maneira pela qual utilizei o material individual, iniciei uma reflexão mais aprofundada sobre a temática biográfica na história. Duas questões em particular marcaram minha pesquisa posterior. A primeira diz respeito às marcas de

identidade. Com efeito, de uma maneira ou de outra, quando nos concentramos sobre uma biografia, nós estabelecemos, de uma forma mais ou menos consciente, os elementos e as mudanças significativas de sua vida: quais são os critérios que nós utilizamos para avaliar o peso dos fatos históricos, das práticas sociais, das relações emocionais? A segunda questão visa às possibilidades de apreender a dinâmica histórica global através de uma perspectiva biográfica, fundada sobre a análise das experiências individuais.

Durante três anos, de 1996 a 1999, dirigi um seminário com Maurizio Gribaudi. Essa experiência foi muito estimulante e nos permitiu cruzar ao mesmo tempo interrogações empíricas e teóricas. Em seguida, ambos tivemos necessidade de perseguir nossas questões de maneira mais profunda. Maurizio Gribaudi desenvolveu esse problema através da questão da morfologia histórica. No que me concerne, continuei a trabalhar sobre uma reflexão extremamente rica, que se desenvolveu ao longo do século XIX, sobre a história biográfica: no começo, nas primeiras décadas do século, ela está em parte ligada à reflexão sobre a nação, enquanto que, no final do século, faz parte de uma discussão mais ampla e também mais dolorosa sobre o estatuto epistemológico das ciências humanas. De toda forma, não se trata de um debate compacto, com um título, uma data de começo e uma de fim, mas de uma conversa difícil, indireta, ininterrupta. Essa conversa envolve autores muito diferentes, numerosos historiadores, mas também sociólogos, psicólogos, romancistas. Após uma primeira rodada de leituras, limitei minha pesquisa a um núcleo de autores: Thomas Carlyle, Jacob Burckhardt, Leon Tolstói, Eduard Meyer, Otto Hintze e Wilhelm Dilthey. Não há uma continuidade ou uma coerência estrita entre eles, mas todos compartilham ao menos de duas idéias importantes. De um lado, crêem que o mundo histórico é um mundo de produção, de criação, e que esta qualidade não tem seu fundamento em um princípio absoluto, transcendente ou imanente à ação humana, mas na ação recíproca dos indivíduos. Então, eles não pensam a sociedade como uma totalidade independente (um *sistema* ou uma *estrutura* impessoal), mas como uma obra comum: para eles, a vida social é o agregado de todas as vidas individuais. De outro lado, recusam a idéia de reduzir os fenômenos históricos às intenções dos indivíduos (por essa razão, sem dúvida, o termo *estratégia* aparece muito raramente nas suas reflexões). A tensão entre essas duas idéias obriga tais autores a enfrentar a sensação de vertigem que alimenta toda a história biográfica: como Carlyle escreveu, se uma só biografia, mesmo a nossa própria biografia, nos resta ininteligível em muitos pontos, quantos mais restarão nessas milhões de biografias, cujos fatos mesmos, sem falar de seus sentidos, nos são desconhecidos e não podem ser conhecidos?

Meu seminário na EHESS está então ligado a essa longa pesquisa. Felizmente, nesses últimos anos, um pequeno grupo de pesquisadores proveniente de áreas e países diferentes tem partilhado muito ativamente de meu projeto.

– Quais os principais desafios enfrentados pelo historiador que deseja realizar uma pesquisa biográfica?

Parece-me que, desde sempre, um dos principais desafios relaciona-se à relação entre o singular e o geral. No presente, vejo dois riscos específicos. O primeiro é configurar a experiência individual como uma experiência média. O escritor italiano Italo Calvino fala dessa busca de normalidade em um breve esboço autobiográfico: ele nos diz que, na esperança de conferir um caráter representativo a uma história de vida, nós temos seguidamente a tendência a escolher os traços mais comuns (mais exatamente, aqueles que nós consideramos como os mais comuns) e negligenciar os traços mais pessoais. O resultado desse trabalho cotidiano de censura é melancólico: o tempo histórico aparece como um pano de fundo fixo, sem impressões digitais. O segundo problema parece-me ser representado pela miragem de apreender uma época ou uma civilização reconstituindo-se seus elementos *um por um*. É a idéia de uma prosopografia completa, acabada. Esta perspectiva, fortemente utópica, contribui também para um esfacelamento perigoso da história.

– Como a Senhora avalia a crítica de Pierre Bourdieu (1996) aos biógrafos, no sentido de que esses construiriam uma coerência artificial em suas narrativas?

Creio que há muitas facetas a considerar. Bourdieu escreveu seu artigo em uma polêmica com certos estudos de história oral que descrevem a vida de uma maneira excessivamente linear, como um caminho, uma estrada, uma carreira, com, portanto, um começo, algumas etapas e um fim. Ele tinha toda razão: limitar a existência à pesquisa de uma improvável unidade de sentido revela uma ingenuidade imperdoável, ainda mais que, nesse século [XX], a literatura não cessou de desvelar a natureza descontínua e provisória do real (*repugna-me fazer a soma das minhas impressões*, escreveu André Gide).

A intervenção crítica de Bourdieu foi também extremamente importante porque deixou claro os riscos de uma certa inconsciência ou preguiça metodológica na redescoberta das biografias feita pelas ciências

sociais nas últimas décadas do século XX. Graças a essa intervenção e à de Jean-Claude Passeron, a aposta biográfica tornou-se mais interessante, começamos a empregar a documentação individual de uma maneira mais cuidadosa. Parece-me, contudo, que, mesmo sendo fundamental, a objeção de Bourdieu corre o risco de nos empurrar em uma cilada. Inicialmente, o risco de cair em uma história cronológica, factual e pouco problemática não está inscrito inevitavelmente na reflexão biográfica: quero dizer que tomar em consideração a experiência individual não significa sempre, automaticamente, adotar a forma tradicional da biografia. Nós podemos, devemos, pensar também em outras formas de narrativa.

De outro lado, a referência à literatura parece-me pouco pertinente, pois o caso pessoal não tem a mesma função na literatura e na história e, de toda maneira, o campo crítico de Bourdieu é profundamente diferente daquele dos grandes romancistas do início do século XX. Através de sua reprovação, Bourdieu tende a homologar as condutas individuais e a confirmar os laços normativos, a força do *habitus*. Ao contrário, Gide, Musil ou Valéry (para citar apenas alguns nomes) criticavam a biografia na intensão de aprofundar as variações do eu: uma vez admitida a fragmentação do ser e o estilhaçamento do olhar individual, eles buscavam mostrar o virtual e o hipotético. Nesse sentido, é possível tirar de suas obras um ensinamento muito diferente daquele proposto por Bourdieu, a saber, utilizar a experiência individual para quebrar o excesso de coerência do discurso histórico, ou seja, para se interrogar sobre a pluralidade e a incerteza do passado.

– Hoje, a discussão sobre a função social do historiador volta à tona, tendo em vista, por exemplo, o interesse pela História do Tempo Presente e a atuação de historiadores enquanto especialistas em processos de grande repercussão, como o caso Papon?⁴ Qual a sua opinião sobre essa questão?

Certa vez, falando de seu gosto pelo passado, Johann Joachim Winckelmann disse que, para se tornar capaz de exprimir um julgamento artístico, havia tido necessidade de se nutrir de toda a periferia da antiguidade. Com essas palavras simples e tocantes, ele exprime bem a natureza receptiva da história: o historiador deve necessariamente ser uma esponja. Deve nutrir-se de uma quantidade abundante de objetos do passado e também transpor sem cessar as fronteiras de sua própria disciplina, pescar em outros saberes, etc. Por esta razão, sou muito favorável à abertura da história, diria mesmo que a mestiçagem cultural é um elemento indispensável da reflexão sobre o passado. Parece-me, no entanto, que a maior prudência é necessária no que diz respeito

aos limites entre a história e o direito. Na época do processo Eichmann, Hannah Arendt afirmara que os tribunais deveriam ter como única função julgar uma pessoa, e reprovava asperamente a idéia de que eles também pudessem ter a função de escrever a história (como queriam David Ben Gourion e o procurador-geral Gideon Hausner).⁵ O problema novamente emergiu devido aos processos contra Klaus Barbie, Paul Touvier, Maurice Papon e outros recentes por crimes contra a humanidade. Creio que as recomendações de Hannah Arendt permanecem ainda preciosas; que entre o processo conduzido no recinto do tribunal e a crítica historiográfica deve haver uma separação nítida e profunda. O historiador e o juiz buscam, ambos, reconstruir a verdade do passado; um e outro baseiam-se no testemunho e um e outro propõem julgamentos sobre o passado. Mas a qualidade desses julgamentos é muito diferente. Primeiramente, enquanto o julgamento judiciário é regido pelo princípio da culpabilidade individual, no julgamento histórico, a ênfase recai sobretudo sobre o contexto, sobre o laço social, sobre um quadro de encadeamentos mais vastos e mais complexos. Por outro lado, ao contrário do juiz que deve estabelecer uma versão definitiva e fixa dos fatos incriminados, o historiador sabe que seu trabalho se presta a um processo ilimitado de revisões, que a escrita da história é uma reescrita permanente.

Trata-se de um tema muito importante, ainda mais que, nesses últimos anos, a história perdeu parcialmente a sua capacidade de avaliar a memória histórica, tendo-se cada vez mais a impressão de que ela foi substituída em seu papel de intérprete do passado por outras instâncias culturais. Com Olivier Abel e Enrico Castelli Gattinara, começamos uma reflexão comum sobre esse ponto, a partir do livro publicado por Paul Ricoeur há dois anos. No próximo ano, no âmbito de um pequeno seminário da EHESS, pensamos em abordar dois pontos delicados: de um lado, o uso da memória histórica em alguns grandes processos e, de outro, o impacto de alguns grandes processos sobre a memória histórica.

– Já faz alguns anos que François Dosse (1992) denunciou a fragmentação da historiografia em “migalhas”. Como a Senhora avalia esse posicionamento? Seria possível pensar em novas formas de síntese histórica ou de história total?

A questão é muito complexa, pois o esmigalhamento de que fala François Dosse é fruto de fenômenos muito diferentes: um excesso de especialização, um certo cansaço diante da história-síntese, a decomposição de certos quadros interpretativos (como o estruturalismo e o marxismo), uma necessidade analítica mais acentuada, etc. Tratam-se de fenômenos muito

diferentes, que mereceriam ser compreendidos singularmente. Parece-me, então, difícil responder em termos satisfatórios. Limito-me a uma observação muito geral. Creio que devemos absolutamente buscar ultrapassar esse esmigalhamento; retomar os fios de uma história total é um passo necessário para a qualidade da pesquisa e também para a capacidade da história de contribuir para alimentar a memória histórica. Parece-me, contudo, que esse esforço não deve coincidir com a idéia de uma história total que remeta a um único ponto de vista os diferentes fenômenos do passado. Não se trata de impor uma imagem unitária do passado. A verdadeira aposta é fundar uma história total em condições de restituir a pluralidade do passado, capaz de apreender as fraturas, as descontinuidades, as dissonâncias.

– Que projetos de pesquisa a Senhora desenvolve atualmente?

Comecei a pesquisa sobre a história biográfica faz oito anos, de uma maneira um tanto inconsciente. Acreditava que faria um pequeno passeio pela historiografia do século XIX, mas descobri uma reflexão de uma riqueza perturbadora para a história da cultura e também para as reflexões metodológicas que nós podemos extrair no nosso trabalho sobre o passado. Atualmente, estou em vias de escrever meu livro sobre essa pesquisa. Nos intervalos, sobretudo durante minhas viagens de trem entre Paris e Milão, cultivo dois projetos para o futuro: um sobre a França pós-revolucionária e outro sobre a Itália do *Risorgimento*. Mas por enquanto não são mais do que projetos: devo ainda avaliar sua real exequibilidade.

Notas

¹ Tradução livre de *appel sous les drapeaux* (chamamento sob as bandeiras).

² Tradução livre de *écrémage* (separação da nata do leite).

³ Filme do diretor japonês Akira Kurosawa.

⁴ Durante a ocupação nazista na França, M. Papon, Secretário da Segurança Pública da Região de Bordeaux, foi responsável pela

deportação de 1.500 judeus para Auschwitz. Depois da guerra, ocupou cargos importantes na administração pública francesa. Em 1998, foi condenado a dez anos de prisão por cumplicidade na prática de crimes contra a humanidade.

⁵ Ver: ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

DOSSE, François. *A história em migalhas: dos "Annales" à Nova História*. São Paulo: Ensaio; Campinas: Unicamp, 1992.

LORIGA, Sabina. *Soldats – un laboratoire disciplinaire: l'armée piémontaise au XVIII^e*

siècle

. Paris: Éditions Menthath, 1991. (Em italiano: Veneza: Marsilio Editori, 1992.)

_____. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

_____. A experiência militar. In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude (Org.). *História dos jovens: a época contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.